

## SOB OS SELS DE FRANÇA UMA ESFERA PÚBLICA PLEBÉIA DESPONTA: ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DO SYSTEMÈ D'EXCHANGE LOCAL<sup>1</sup>

Maria Neyára de Oliveira Araújo<sup>2</sup>

*“Le meilleur hommage qu'on puisse rendre à un maître n'est pas de suivre servilement son exemple, mais de faire travailler ses concepts et ses intuitions sur de nouveaux terrains et dans d'autres espaces de la raison ou de l'imaginaire”*

*Georges-Henri Lévésque.*

Minha homenagem a Francisco de Oliveira.

### Busca de uma caracterização

O primeiro SEL na França (SEL de la Garrigue) foi fundado em outubro de 1994, em Mirepoix, Ariège, zona rural francesa. Sua criação está imediatamente vinculada às discussões realizadas durante o encontro do CIEPAD (Centre international d'échanges de pratiques appliquées au développement), ocorrido naquele ano, cuja temática se dirigia a um questionamento do modelo econômico e à apresentação de alternativas de mudança. Um ano depois, a experiência começou a ser difundida na área urbana. Lyon, em 1995, e depois Paris, em 1996, foram as primeiras cidades a desenvolverem as trocas locais. Depois disso, o sistema não parou de crescer. Os dados mais atuais apontam em torno de 200 grupos organizados, com a participação de 30.000 pessoas em todo o território francês (LAACHER, Samain. *Economie informelle officielle et monnaie franche: l'exemple des systèmes d'échange locaux*. In: *Ethnologie française*, XXVIII, 2, L'Avatar, 1998, pp. 247-256).

Embora o encontro do CIEPAD haja imediatamente impulsionado a criação do primeiro SEL na França, é certo que outros antecedentes devem ser considerados. O CIEPAD é uma associação que tem

1. Este texto foi originalmente publicado na Revista de Ciências Sociais/UFC, Vol.35, Nº1, 2004. Pesquisa financiada pela Capes.
2. Professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

por objetivo a proposição de alternativas ao modelo dominante, através da educação e das experiências práticas. As noções de território, de segurança alimentar e de autonomia constituem o móvel conceitual básico para presidir a ação da entidade, seja em relação aos recursos vegetais e minerais, seja em relação aos recursos humanos. A idéia central é a de que a perspectiva de *território* constitui uma oportunidade para se fazer face aos macrocosmos geradores da exclusão, da dependência e da insatisfação pessoal, devendo os mesmos serem substituídos por microssistemas, estes fundados sobre a participação do maior número de pessoas na vida comum. O termo “berceau”, traduzível em português como berço, tem na língua francesa uma significação semântica muito própria para o que se pretende expressar com ‘berços de autonomia’. Mais que um pequeno leito de criança, é um leito que pode ser *embalado*; é o lugar de *origem*, de *nascimento*; mas é também uma *estrutura* firme que apóia, seja a *criação* de uma peça arquitetônica, seja o *funcionamento* de um motor, seja o *florescimento* de uma planta.

Estas idéias são defendidas pelo presidente do CIEPAD, o algeriano Pierre Rabhi, agrobiólogo, com diversas publicações promotoras da agrobiologia e de outros métodos alternativos de desenvolvimento. A importância conceitual do *território*, como é preconizada por Pierre Rabhi, será vivenciada no interior dos SELs, como padrão genérico da ação, embora ainda atravessada por muitas contradições, como tentaremos demonstrar.

De um modo muito geral, podemos dizer que os SELs irão beneficiar-se dessa perspectiva de ‘revigoramento do território’ que marca sua origem, na medida em que seus membros poderão desfrutar da segurança coletiva fundada sobre a proximidade e a solidariedade, da redução de dependência em relação aos monopólios de produção, distribuição e de transporte, de novos espaços de criatividade, da possibilidade de enraizamento individual no interior de um meio natural regenerado e preservado, de um modo de vida fundado sobre a complementaridade benéfica a todos e não na competitividade destrutiva. Nesse sentido, ou melhor, enquanto re-construção das localidades, eles se constituem como categoria empírica de negação dos processos da globalização.

Este conjunto de pressupostos é o que vai demarcar o chamado ‘espírito SEL’ que cada organização, após 1994, irá traduzir, segundo suas especificidades e preferências, em normas de conduta devidamente explicitadas em uma ‘carta de adesão’ a qual, por sua vez, possibilitará o controle sobre os membros que não assumirem integralmente o ‘espírito SEL’. No início do ano de 1997, foi criado o Fórum SEL, um site-internet, que divulga a seguinte ‘Carta ética dos SELs’:

*Os sistemas de trocas locais que aderem à presente carta dita de 'espírito do SEL' afirmam sua vontade de experimentar as práticas de trocas geradas em sistema de troca local:*

- segundo seus próprios meios humanos, técnicos e organizacionais, dentro do quadro das leis e regulamentações em vigor;*
- liberando-se das pressões monetárias e da procura do lucro financeiro;*
- de maneira leal, simples, lúdica, com o objetivo de enriquecer cada um dos membros do grupo, no plano social, material e espiritual;*
- com toda independência, liberdade, em total autogestão e transparência;*
- abrindo no interior de um território geográfico limitado, garantindo relações de bom convívio, confiança e reciprocidade;*
- respeitando as riquezas ecológicas deste território;*
- zelando para tornar inviável o enriquecimento de certos membros em detrimento de outros;*
- vigilante para não se deixar submeter à investida de partidos políticos, igrejas ou seitas.*

*Cada grupo SEL*

- se empenha a respeitar os demais grupos e a riqueza de suas diferenças;*
- adota a presente carta e se engaja no seu aperfeiçoamento.*  
(<http://asso.france-net.fr/sel/>).

O surgimento dos SELs na França é também diretamente vinculado à presença dos 'neururais', preocupados em buscar um meio de melhorar sua condição de vida. O mecanismo do sistema irá responder a duas de suas inquietações principais: como ativar as trocas locais para melhorar o nível de vida, e como lutar contra o isolamento. Quando, logo depois, o sistema atinge o meio urbano, outras questões irão naturalmente

surgir, entre as quais duas se destacarão fortemente como problemas cruciais para a sociedade pós industrial: o 'trabalho legal' e a 'solidariedade institucional'. Estes problemas irão trazer para o sistema a necessidade de pensar-se interna e externamente, de modo a normatizar a relação dos membros entre si mesmos e com o Estado. A legalidade da conduta será vista como a face imediata da fiscalidade, marcas muito próprias da sociedade e do Estado francês.

Os aspectos legais dos SELs são contemplados mediante a sua inscrição à Lei-1901, que lhes confere uma personalidade jurídica mínima, possibilitando os encaminhamentos burocráticos e funcionais necessários, tais como: a abertura de uma conta bancária destinada a recolher as cotizações em moeda oficial, assinatura de um contrato de locação de imóvel para abrigar o funcionamento do SEL, estabelecimento de contratos de segurança etc. Esse procedimento jurídico, entretanto, não é suficiente para garantir todo o desempenho legal dos SELs, sobretudo no que se refere aos direitos do trabalho e aos instrumentos de proteção social, assim como ao direito fiscal. Esses problemas aparecem claramente em face da principal característica dos SELs, qual seja, a instituição de uma 'unidade de conta' que não pode livrar-se das ambiguidades de aparecer, em cada ato de troca, como uma espécie de 'moeda' funcionando objetivamente no paralelo. Este é um problema de fundo a ser enfrentado, mesmo que o 'espírito SEL' considere a moeda como 'uma coisa do diabo', se podermos dizer assim, e afirme que a 'unidade de conta- SEL' não seja mais que um símbolo das trocas, necessário para estruturar as mesmas e preservar a solidariedade e a igualdade entre os participantes do grupo. Em assim compreendendo sua 'unidade de conta', supõem haver afastado o risco de ilegalidade. Mas esta será uma solução meramente formal, uma vez que os SELs, embora definidos como 'sistemas' não são isolados do sistema social abrangente. Para além dos aspectos do modo como se comunicam, seja interna e/ou externamente, no seu interior, os SELs ainda não podem prescindir da geração do valor produzido pelo trabalho no 'inferno' lá de fora. Com efeito, eles são uma manifestação desta contradição que atualmente é posta nas dimensões do global e do local. Supomos que é justamente aí, na forma sociológica como expressam esta contradição, que reside sua riqueza.

As questões que irão surgindo com o aumento quantitativo de unidades SEL virão, assim, evidenciando a complexidade em potencial do sistema. A rigor, estamos em face muito mais de um processo do que de uma organização. Cada unidade SEL irá constituir-se na dinâmica das necessidades e preferências de seus membros. O que lhes dará unidade – veremos posteriormente – será a forma como cada membro se relacionará com o todo. Talvez para nossa surpresa, face a esta dinâmica e

complexidade, ressurgem a velha e renitente questão campo-cidade, impondo pertinentemente uma interrogação quanto à diferença entre SEL urbano e SEL rural.

Como vimos, o sistema é rural na origem. No entanto, o fato de haver sido criado pela iniciativa dos chamados 'neurais', instaura já uma especificidade àquela clássica e problemática diferenciação. Os neurais se constituem de dois grupos sociais precisos: são os migrantes que mais recentemente fizeram o percurso da cidade para o campo, e os egressos do movimento-68, conhecidos como 'soixante-huitards', aqueles que, desencantados com a sociedade industrial, quiseram encontrar no 'retorno à terra' um novo sentido para a vida. Tanto o primeiro grupo quanto o segundo, aportam ao campo com outras perspectivas, ou seja, com o desejo de instituírem novas sociabilidades, de encontrarem mais autonomia, enfim, com vontade de fazerem reviver as pequenas vilas em torno de novos valores. O fato de migrarem para o campo supõe certas aspirações em termos de qualidade de vida e de relações sociais que o espaço do SEL poderá promover. Mas, atenção! Como esclarece Françoise Matricon, uma animatriz-SEL:

É necessário não impor às pessoas uma visão de mundo; a qualidade, a originalidade do SEL, é que ele 'prende' as pessoas lá onde elas estão, com suas idéias e seus hábitos, e não é preciso ser 'alternativo' ou 'ecologista patenteado' para poder participar. Alguns vêm porque é simples e transparente e lhes possibilita evoluírem (CIEPAD- *La mondialisation: résister? comment?*, *Compte rendu des rencontres d'été 1996*, Viols-le-Fort, CIEPAD/1996).

Basta ver que, se o SEL francês teve origem na zona rural, apenas após duas centenas de adesões, no caso do distrito rural pyreneense, é que a primeira pessoa de fato autóctone decidiu participar. Em parte, isto também se explica pelo fato de que a 'cultura camponesa', no sentido amplo do termo, desenvolve já por si um padrão 'natural', por assim dizer, de mutualidade e solidariedade, não carecendo necessariamente de fórmulas exógenas do tipo SEL. Entretanto, quando se trata da troca propriamente dita, as pesquisas mostram que os SELs rurais são muito mais dinâmicos que os urbanos. Ou seja, o número de trocas por ano e por pessoa, assim como o montante total realizado pelo conjunto dos SELs da zona rural são considerados maiores que o realizado nas cidades. Em termos de números, considerando-se a nova moeda européia sobre a base de 6.5 unidades/SEL para um euro, temos para o SEL urbano um valor equivalente em média a 80 euros, contra 3000 euros para o SEL rural. (Resultados de duas enquetes realizadas, uma pelo SEL de Bourdeax, e outra em região parisiense, por Smaïn Laacher).

Podemos supor que esta dinamização do 'mercado' se deve ao fato de que, no campo, as pessoas não só podem trocar mais facilmente o produto direto de seus trabalhos, como também o próprio trabalho. Além disso, o grau maior de dificuldade de contatos e de comercialização nas áreas rurais torna os produtores agrícolas naturalmente mais receptivos e dinâmicos em relação a outras possibilidades de mercado. Entretanto, no que concerne a uma abertura maior para novas formas de sociabilidade, o meio rural francês se mantém tão fechado quanto lhe é de tradição, mesmo tendo permitido a emergência do *Système d'Échange Local*. Isso é o que nos possibilita deduzir a pesquisa de Isabelle Guerin e David Vallat sobre o SEL como instrumento de luta contra a exclusão social (*Impact socio-économique de l'adhésion au SEL*, Lyon, Editions Silence, 1998). Nos termos destes autores, mais que uma real convivência e integração entre os de origem rural e os migrantes neorurais, o que poderia demonstrar o desenvolvimento de novas formas culturais, o que existe é uma co-habitação entre os 'daqui' e os 'de fora', ou ainda, entre os 'parentes' (nomenclatura que abrange não só a parentela comum, mas todos os rurais de origem) e os 'estrangeiros'. Estes últimos são também chamados de 'peisouth', 'etrinjeux' ou 'parisiens'. As fronteiras de distinção campo-cidade permanecem tão nítidas que, registram aqueles pesquisadores, o simples fato de alguém ter ido à cidade para continuar os estudos é suficiente para romper os laços com o campo e deixar de ser alguém 'daqui', para transformar-se em alguém 'de lá'. Os recém-chegados são imediatamente julgados a partir do 'critério' da desconfiança. Principalmente, quando vêm desempregados ou sem uma ocupação precisa e sobrevivendo com os recursos da seguridade social. Para uma população que se mantém fortemente apegada à ética do trabalho, toda forma de assistência passa a ser intolerável, de modo que a relação 'local-neo' pode tomar a forma de rejeição total. Nestes casos, o SEL inscreve-se como espaço de continuidade da ação política dos novos, podendo favorecer sua participação na política do lugar e, conseqüentemente, uma melhor aceitação por parte dos autóctones.

### **Precursos e lições**

Vale ressaltar que os valores ideais de origem do SEL da França foram trazidos muito em razão da influência anglo-saxônica que marcou sua criação, em 1994, logo após o encontro do 'Centre international d'échanges de pratiques appliquées au développement – CIEPAD', anteriormente citado. Deste encontro participaram alguns neorurais, bastante atentos à detalhada exposição do britânico Richard Knight sobre a natureza e o funcionamento de um sistema de trocas locais inaugurado no Canadá, ainda nos anos setenta, conhecido como 'Local Exchange Trading System – LETS'.

Antes, em 1987, já se ensaiara um debate sobre a possibilidade de trazer a experiência canadense para a França. Eram os 'Encontros do Fraysse', onde um expressivo número de 'animadores de associações' discutiam com Patrick Roger, agricultor francês, a experiência canadense. Desde o início do século, a França dispõe de uma lei de regulamentação das associações (Lei-1901), que são em número considerável (fala-se em três mil, atualmente) e com os mais diversos objetivos, em todo o território francês, até os nossos dias. De onde a presença dos 'animadores de associações' no debate sobre o sistema de trocas locais. Os próprios franceses costumam ironizar esse aspecto da cultura política nacional, dizendo que existem na França associações até daqueles cujos cachorrinhos são considerados feios. Mas talvez possamos dizer que esse acirrado, variado e persistente associativismo não tenha bem o caráter comunitário que se deveria esperar. Talvez possamos dizer que se trata mais de uma modalidade sócio-administrativa da ética republicana francesa, em que o Estado aperfeiçoou-se bastante na sua tarefa de bom administrador da sociedade. Essa feição do Estado, sobretudo existente no Estado-do-bem-estar, faz com que as pessoas se reconheçam em sociedade muito em função da presença administrativa do Estado. Como se falássemos de um 'Estado-sociedade'.

Deste modo, apesar da tradição centenária do associativismo, somente nos anos noventa, é que a difusão de um ideário alternativo à economia de mercado, que leve em conta a perspectiva local e comunitária, toma mais fôlego na França. Para isso, foi de grande importância a contribuição de intelectuais como Alain Lipietz, Serge Latouche, entre outros. Também podemos citar a criação, em 1989, da 'Association des amis de François Partant, antigo banqueiro e economista terceiro-mundista, interessado em divulgar suas reflexões sobre as mudanças da sociedade contemporânea e aprofundar o debate em torno das alternativas possíveis. Este debate contou, sobretudo, com as publicações da revista 'La ligne d'horizon', da referida Associação, e com a 'Revue du MAUSS - Le Mouvement Antiutilitariste des Sciences Sociales'. O encontro do CIEPAD foi o momento de confluência de todas estas idéias, de modo que a conferência de Richard Knight - ('Réseaux locaux d'échanges monétaires') - em que detalhou a natureza e o funcionamento do LETS, pode transformar-se no móvel necessário para desencadear a criação do SEL na França. É certo, também, que as condições sociais muito mais degradadas nestes anos noventa, com o aumento do desemprego e as dificuldades cada vez maiores do Estado-providente para manter a solidariedade institucional francesa, vêm exercendo uma pressão positiva no sentido da abertura, pessoal e social, pela procura de saídas alternativas.

As primeiras experiências de organização de um sistema de troca local devem-se à iniciativa de David Weston, nos anos de 1976 e 1979, respectivamente, nas localidades de Vancouver City e Vancouver Island, no oeste do Canadá. Aqueles anos foram marcados por uma aguda crise econômica, em vista do aumento do desemprego causado pelo fechamento da indústria de minérios. Surgiram nesse contexto numerosas tentativas de 'retorno à terra', assim como múltiplas experiências cooperativas e comunitárias, em muito devidas ao modo de vida local e associativo característico das sociedades do norte americano. De modo que as tentativas de David Weston dispunham de um bom terreno onde medrarem. Além disso, o idealizador das trocas locais foi um imbatível divulgador do sistema, fazendo conferências em que demonstrava como o 'dinheiro normal' ficava sempre com os mais ricos e faltava às pessoas e aos lugares mais pobres. O modelo original definia o tempo como a base de compatibilização das trocas, a qual era feita em relação à hora-salário, e foi denominado de 'community exchange'.

Alguns anos depois, em 1983, na mesma comunidade de Vancouver, Michael Linton, inspirado nas idéias de David Weston, cria um sistema local de trocas não mais fundado na unidade de tempo, mas sobre uma 'medida' que ele denominou de *green dollar*, e que terá um valor equivalente ao dólar canadense. O novo sistema é chamado de Local Exchange Trading System, o LETS. A proposta aqui é estabelecer uma média não muito elevada de relação entre os valores do salário mínimo e do salário máximo. Assim, se no sistema comum, essa relação é de um a cem, o LETS guardará uma proporção, em *green dollar*, de um para dezoito. Mesmo assim, após dois anos e meio de desenvolvimento, tendo inclusive a participação de empresas locais, o LETS de Michael Linton perderá seu dinamismo, em face do débito excessivo acumulado por um dos participantes.

O princípio, porém, não será abandonado. Michael Linton cria depois um soft para a gestão das trocas, assim como uma empresa, a Landsman Ltd., para colocar o sistema em prática e, ao mesmo tempo, difundir suas idéias. Com o agravamento da crise socioeconômica no final dos anos oitenta, a difusão do sistema será acelerada, sobretudo nas regiões particularmente marcadas pela reestruturação produtiva e pelo desemprego. Na Inglaterra, em 1991, é criada uma rede nacional denominada LETS LINK UK, na qual o sistema LETS britânico encontrará a razão de seu forte dinamismo atual. Neste país, somente no ano de 1994, foram criados 250 LETS, existindo em torno de 400, atualmente. Estima-se hoje um número de mil grupos praticando as trocas locais no mundo inteiro. A Austrália abriga aquele que é considerado o mais importante de todos, com seus dois mil participantes. O australiano Jill Jordan vem fazendo a difusão do LETS na Europa, proferindo



conferências financiadas por fundos europeus provenientes de organizações econômicas alternativas. Além do Reino Unido, Canadá e Austrália, outros países vêm praticando o sistema LETS, tais como, Nova Zelândia, Irlanda, Suíça, Países Baixos, Itália, Alemanha, Bélgica, México, Índia, Nepal, Congo e Senegal. Na França, as trocas locais serão praticadas nos SELs de um modo muito particular, como pretendemos delinear.

Uma questão comum que podemos levantar é em que medida a natureza destas experiências permite caracterizá-las como algo mais que tentativas conjunturais de reação à crise do capitalismo contemporâneo. Seriam elas tão somente um modelo de 'troca para pobres'? Como bem expressa um professor francês que trabalha na escola de um bairro pobre de Paris, ao ouvir falar nos SELs:

Vocês me falam de troca de bicicletas e de geléias, mas os jovens da minha escola querem circular em um BMW, exibir a grife das roupas Chevignon e dos calçados Nike, que são produtos de rico. Para as trocas de pobre, eles estão se lixando! (Cit. em BAYON, Denis. *Les SELs: pour un vrai débat*. Levallois Perret: Ed. Yves Michel, 1999).

As tentativas de 'soluções no paralelo' para os problemas gerados no âmbito da macro-economia de mercado pontuam a história desde o surgimento do movimento socialista, entre as quais a mais conhecida é o 'tiket de trabalho' de Robert Owen, de brilhante e curta vida entre os anos de 1832 e 1834, na Inglaterra do primeiro capitalismo. E desde então, a todas as demais iniciativas, também nunca faltou a pecha de 'experiência utópica'. Uma reflexão em profundidade sobre esta questão está pedindo outra vez a sua hora e não poderá furtar-se ao difícil e sempre atual debate das ciências sociais em torno da tensão entre as ações humanas e as estruturas sociais.

Agora dizemos como Vincent Richard, membro do 'SEL'idaire', é preciso ouvir as razões que os integrantes do LETS canadense de Vancouver oferecem para o seu curto sucesso, a fim de que os mesmos erros possam ser evitados. Uma das primeiras razões apontadas é que o sistema era dirigido por uma única pessoa, sem a participação dos demais membros, impedindo que os mesmos intervissem na ocasião apropriada, muitas vezes gerando a desconfiança no grupo. Deste modo, o sistema não pode revelar-se transparente. Embora as regras previssem que os integrantes poderiam solicitar o saldo e o movimento de cada conta, em nome de um valor comunitário, qual seja, a confiança recíproca, ninguém o fazia. Um dos participantes chegou a acumular um débito de 14.000 greens-dollars, suscitando entre os demais o sentimento de que aquele estaria obtendo

lucros com o sistema. Por outro lado, sendo a empresa criada por Linton uma prestadora de serviço, este esperava que a distribuição do soft proporcionasse sua própria sustentação econômica, uma vez que desenvolveu e divulgava o conceito LETS. Mas este custo acabou sendo considerado muito alto para um grupo experimental local.

Para botar suas barbas de molho, o SEL-Canterate traduziu e fez a distribuição do documento avaliativo da experiência, o “LETS Info Pack”, LINK U. K., 1994. E, se em 1987, o sistema LETS não pode afluir na França, talvez em 1994 o SEL tenha surgido com outra qualidade e com maiores possibilidades de sobrevivência. Mas é necessário também que se diga que o debate de 1987 não se furtou à discussão sobre o problema do trabalho assalariado, que então já se colocava, embora em menores proporções. Outras causas, talvez mais secundárias, igualmente contribuíram para impedir o desenvolvimento do LETS francês àquela época. Michel Bernard (*SEL, pour changer échangeons*, Lyon, Editions Silence, 1998) aponta entre estas, a dificuldade de acesso ao soft de Michael Linton, fosse pelo fato de que o mesmo era divulgado em inglês, fosse porque a grande maioria das pessoas não dispunha então de um computador, uma vez que os primeiros micros de uso pessoal só haviam sido postos à venda três anos antes, em 1984. Outra razão apontada, esta da ordem do simbólico e requerendo análises mais delicadas, é que a idéia da paridade da ‘moeda local’, o green-dollar, feita em relação à moeda nacional francesa, pode ter-se constituído em um obstáculo cultural tenaz. O debate inicial também admitia a criação de um ‘banco verde’, no qual os diferentes grupos locais teriam suas contas, o que permitiria de fato as trocas entre os grupos, e obrigava à criação de uma moeda local indexada ao franco francês. Este tipo de transação, por sua vez, não excluía a possibilidade de acumulação. Os SELs dos anos noventa irão rejeitar todas estas idéias. Poderemos, então, já de início, caracterizá-los como mais ‘sociais’ e menos ‘econômicos’? Talvez. Vejamos como e em que medida.

### **Três critérios simultâneos de existência: troca local, troca sem dinheiro e troca solidária**

Cada SEL tem a sua própria feição, cada um vai, pouco a pouco, sendo forjado em função das necessidades, desejos, ideologias, circunstâncias. Há, assim, um SEL mais voltado para os problemas da ecologia; outro que luta contra a pobreza e a exclusão; o libertário, que rejeita qualquer ligação com o Estado e outro institucional, diretamente ligado às instâncias da administração pública. Etc. etc. etc. De modo que, para falarmos com maior precisão, é melhor que a denominação venha no plural: “SELs – Les Systèmes d’Échanges Locaux”. Justamente esta

multiplicidade, este espírito de criatividade e de inovação, dá ao fenômeno sua profundidade e sua riqueza. Insistir sobre a especificidade de cada experiência é, portanto, essencial. Por outro lado, é possível pensar em apontar algum ‘critério de unidade’ e propor uma ‘definição’. É o que nos oferece Jean Michel Servet (*Les SELs: une économie sans argent*, Paris, Seuil, 1999):

Um SEL é um reagrupamento de pessoas que, sob uma forma associativa e sobre uma base local, trocam serviços e bens por intermédio de um boletim de informação, de uma unidade de conta interna de transações e de um sistema de bonus de troca ou de uma folha pessoal de prestação de conta, remetidos regularmente à equipe de animação do grupo

Se os SELs são associações de tipo inédito, apresentando um modo de funcionamento igualmente inédito, entretanto, podemos dizer que eles se inscrevem em uma sucessão histórica de práticas locais de organizações alternativas de trocas que conservam alguma afinidade. Digamos que, a ação voltada para o revigoramento das ‘energias utópicas’, seja o componente mais visível desta sucessão. Resta à pesquisa sociológica a identificação e análise das possibilidades aí gestadas. Vale salientar que, mesmo sendo os SELs um fenômeno muito recente, a participação de intelectuais franceses em muitos deles tem proporcionado uma boa reflexão, de forma que a bibliografia disponível é já considerável. Além disso, a experiência começa a despertar o interesse de pesquisadores das diversas áreas das ciências sociais.

Lemos como subtítulo de um manual de orientação dos SELs a expressão seguinte: “*SEL: a outra criação de riquezas*”. Os grifos são nossos e pretendem fazer um destaque à complexidade da questão teórico-histórica genericamente enunciada. Quais outros ‘modos de criação’ e de quais ‘riquezas’? Sem a pretensão de um maior aprofundamento, queremos apresentar alguns elementos para a problematização da mesma.

A emergência dos SELs se dá em um contexto de grande fragilização das normas sociais do passado – fundadas estas com base no emprego e no trabalho assalariado – portanto, na expectativa e no medo de uma deriva social. Como já ressaltamos, de pronto, a interrogação sobre os SELs é acompanhada de uma interrogação sobre o ‘trabalho assalariado’ e sobre a ‘solidariedade institucional’, nas respectivas versões do fordismo e do providencialismo característicos do ‘estado de bem estar’. Mesmo com toda prudência analítica que os fenômenos sociais recentes exigem, é possível dizer que eles podem ser interpretados como decorrências sociológicas daqueles processos e formas. Dizendo de outro modo, eles surgem porque colocam em evidência a possibilidade histórica da des-necessidade do dinheiro como remuneração do trabalho, seja na sua feição singular,

com o assalariamento direto, seja na sua feição coletiva, com as diferentes modalidades da assistência social. Neste sentido, eles surgem dando forma sociológica ao processo histórico de des-mercadorização do trabalho. Politicamente, é como se dissem prescindir das funções normatizantes exercidas por intermédio da equivalência da moeda padrão, tanto por parte do padrão, ao pagar os salários, quanto por parte do Estado, ao redistribuir os fundos gerados. Trazendo uma expressão de Habermas, eles podem ser compreendidos como aquilo que dá concretude empírica ao processo de construção de uma 'esfera pública plebéia'.

Esta condição material e objetiva que aponta, entretanto, é primeiramente percebida como expressão particular e subjetiva, algo do tipo 'repulsa ao dinheiro'. Talvez por isto, costumeiramente seja interpretada como 'coisa alternativa', senão burlesca.

Mesmo correndo o risco da pecha, os SELs anunciam uma 'troca sem dinheiro'. O SEL de Gironde o faz utilizando a parábola de um chefe indígena:

quando o homem houver cortado a última árvore, morto o último pássaro e pescado o último peixe, perceberá que ninguém se alimenta de dinheiro.

O senso comum, assim como uma certa ciência econômica de superfície, costumam perceber a moeda como um simples instrumento da contabilidade na sua tarefa prática de organizar as trocas. A antropologia econômica, entretanto, tem demonstrado que toda moeda exprime uma forma dada de relação social, um modo de pertencimento dos sujeitos à totalidade social, definindo quais lugares eles ocupam no interior da sociedade. Neste sentido, a moeda 'obriga', normatiza e cria a consciência do pertencimento, ou seja, é intrinsecamente dom, elo social.

É o retorno a este sentido primeiro, não instrumental, que os SELs querem imprimir à sua 'moeda'. Para evitar malentendidos, não falam em moeda e sim em 'unidades de conta'. Simbolizam isto através de denominações significativas, tais como: *riz*(arroz), *cailloux*(fragmento de pedra), *graine*(semente), *raisin*(raiz) etc. Contudo, é fundamentalmente a dinâmica própria da troca no interior dos SELs que vai possibilitar a 'obrigação', o o 'dom', e permitir a 'troca sem dinheiro'. Vejamos como.

Os SELs se constituem em razão da multilateralidade dos 'débitos' e dos 'créditos' de cada membro, gerados a partir das trocas bilaterais. A multilateralidade do sistema supõe uma inscrição contábil de cada débito e crédito nascidos de uma dada troca, e a compensação dos valores de cada um. Mas a especificidade dos SELs vai residir no princípio mesmo que dará forma a esta 'compensação', qual seja: não há relação bilateral de débito e crédito,

devido a contabilidade ser feita mediante a inclusão de outros membros do grupo, de modo que o conjunto de débitos e créditos é compensado ao nível do grupo como um todo, e não bilateralmente. A troca bilateral não assinala, portanto, uma troca exclusiva entre duas partes, mas torna-se socializada na medida em que é ‘compensada’ em relação a uma ‘terceira’ parte e contabilizada pela organização central do SEL. Ou seja, se tomarmos uma transação entre Álvaro(A) e Beatriz(B), a troca bilateral dará a A um crédito sobre o grupo e a B um débito vis a vis o grupo, e não um débito de A vis a vis B, e nem um crédito de B em relação a A. Desta forma, a ‘unidade de conta’ local será propriamente uma ‘instituição social’ assim como também o meio pelo qual a socialização tornar-se-á, de fato, possível.

Nos SELs, a troca une simultaneamente um membro a outro e ao grupo, ao contrário da troca mercantil, que corta e impede esta relação. É aí, portanto, que se define sua base local: a troca é bilateral, mas é pessoalizada. E, sempre que um SEL aumenta o número de participante ao ponto de comprometer esta dimensão, ele se subdivide em outro. Os termos da troca são tratados entre as duas pessoas interessadas, que acordam entre si o montante e as condições da transação e o comunicam à organização central para que esta execute a tarefa ‘bancária’ de compensação e publicação dos saldos no boletim informativo, posto ao acesso de todos. Sendo pessoais os termos do contrato, embora mantidos em conformidade com os princípios e as normas do ‘espírito SEL’, inexistem a equivalência de preços e a concorrência. Entre aquelas normas, uma limita também os saldos máximos e mínimos de cada membro por um período dado. Esta regra é importante para evitar, para mais ou para menos, o ‘congelamento’ do sistema, cuja existência se define pela própria dinâmica das trocas. Neste sentido, Alain Lipietz (*Entre solidariedade e economia de mercado*, Lyon, Editions Silence, 1998) ressalta a riqueza pedagógica dos SELs como ‘escolas de economia solidária’.

A base local dos SELs implica uma solidariedade acordada e circunscrita aos participantes do sistema. Se pensarmos na antevisão crítica de Aristóteles ao modelo mercantil, quando anunciava ser o mercado algo não natural porque sem medida, podemos dizer com alegria: ôba, o SEL é o limite! Mas corremos um olhar pela História e nossa alegria dura pouco: no SEL caberão todos? Quando Joseph Proudhon propunha pagar os trabalhadores em bonus representando o total de trabalho realizado, Karl Marx lhe respondia que, desde que se aceitasse a generalização da troca mercantil, aceitava-se também o anonimato no seio da divisão do trabalho, assim também como toda a pujança do dinheiro, do capital e de toda a sujeira que vinha junto. Mas, passados quase dois séculos, tudo teria continuado como antes?

Esta pergunta nos traz difíceis questões de ordem histórica, teórica e ideológica em torno do que poderíamos simplificar através da dualidade das categorias reforma e/ou revolução. Porém, no âmbito deste artigo, devemos indagar: o caminho dos SELs poderá prometer a inversão da lógica da economia de mercado em favor dos trabalhadores?

Alguns SELs vêm de se agrupar nas chamadas Bourses Locales d'Échange – BLE – seja em relação às localidades mais próximas, seja em relação às regiões mais abrangentes. Isto, entretanto, não significa 'cair na tentação' do anonimato do mercado, pois o sentido aqui é bem preciso: trata-se de, eventualmente, 'animar em conjunto' os encontros entre os diversos membros de cada um dos SELs. Estes encontros respondem às necessidades de diversificação dos participantes, tanto no plano dos contatos humanos, quanto das trocas possíveis. Para os SELs mais recentemente constituídos, estes encontros representam também uma forma de estímulo para prosseguirem, e apoio com relação às dificuldades de organização e de gestão próprias do início. As 'bolsas' são um meio de criar, pontual ou definitivamente, uma organização comum dos SELs, a fim de harmonizar os modos de gestão dos diferentes grupos. Logo que as trocas entre os SELs vizinhos tornam-se frequentes e regulares, é então criado um 'catálogo inter-SELs' de ofertas e demandas. O primeiro catálogo desse tipo foi criado em 1998, na região de Paris.

Além das 'Bourses Locales d'Échange', também foi criada uma instância de coordenação geral dos SELs, denominada 'SEL'idaire', que não chega a ser propriamente um órgão central administrativo, mas sobretudo um espaço de reflexão e proposições. A escolha do nome 'SEL'idaire' quer imprimir um outro significado que não a pura instrumentalidade da administração, qual seja, o ideário da solidariedade, do dom e do contra-dom.

Os limites locais não podem e não devem ser ultrapassados, não só por causa do modelo de troca pessoalizada e do princípio de solidariedade aí presente como vontade humana, mas também em razão dos tipos de bens e serviços possíveis de ser oferecidos e demandados nestas condições, digamos assim, de anti-mercado.

Fala-se em 'simplicidade bíblica' do mecanismo desse sistema de troca, que pode ser criado em qualquer parte e por iniciativa seja de uma pessoa, de um grupo de amigos, de um centro social, de uma instância da administração municipal, de uma associação qualquer (de pais de alunos, de ecologistas, de estudantes etc.). Importa apenas que o grupo iniciante esteja devidamente motivado a persistir diante da lentidão do funcionamento dos primeiros meses, mesmo que os outros SELs ofereçam a

ajuda necessária, tanto na difícil tarefa de assegurar as reuniões, quanto no aporte logístico, na divulgação e nos convites por ocasião dos encontros periódicos a fim de que os primeiros participantes iniciem-se imediatamente na troca. Nesta ocasião, dizem os recém chegados, eles se percebem como fazendo parte de um vasto movimento de ajuda amigável e desinteressada. Qualquer um pode aderir ao SEL, sendo necessário apenas fornecer um endereço ou um número de telefone e participar de uma pequena cotização, cujo valor é atribuído por cada SEL, e pode ser pago parcialmente na moeda francesa, ou integralmente em 'unidade de conta' SEL. De um modo geral, os SELs são definidos por seus integrantes como 'associações de fato', ou seja, como um grupo informal fundado mais a partir de relações humanas e sociais que jurídicas. Entretanto, dizem, por razões de comodidade e de responsabilidade face à administração pública, aos bancos, seguradoras etc., assim como também por preferirem dispor de interlocutores estáveis e reconhecidos, os SELs se declaram oficial e formalmente como 'associação lei 1901'.

Como vemos, a base local é fundamental. Os participantes dos SELs apresentam algumas boas razões para justificar a fixação ao 'território local'. Localmente, todos se conhecem, o que implica em maior confiança recíproca, além de facilitar os encontros extraordinários quando alguma nova circunstância se impõe. Localmente, também os SELs se obrigam a permanecer pequenos, a desenvolver atividades mais discretas e em menor número. Neste ponto, diferem totalmente do LETS, o modelo canadense de trocas locais. Essa dimensão limitada permite um controle interno maior, fazendo com que, de um lado, o sistema não se desenvolva como um contra-poder em relação às instituições sociais, não se colocando, portanto, como ameaça ao poder estabelecido; por outro lado, evitando os riscos de detração e estigma comuns aos procedimentos 'diferentes'.

Seriam os SELs assim tão conservadores? Um olhar um pouco mais atento sobre alguns traços da cultura política francesa talvez indique que não. Afinal, eles se constituem, de fato, como práticas alternativas. O que é preciso ressaltar é que, de um modo geral, os franceses confiam nas instituições que criaram e se sentem protegidos por elas. O Estado que administra o 'bem-estar' dos franceses não se põe em descanso, como um grande pai duro, vigilante e protetor. Esse seu caráter, certamente, incomoda um pouco os filhos mais rebeldes, mas todos sabem que, de um modo ou de outro, serão acolhidos. E se a crise atual do capitalismo vem abalando as estruturas da 'solidariedade institucional', quebrando sua rotina, no entanto, permanecem as vigas internas da cultura republicana há longo tempo construída. É o que tentamos caracterizar com a denominação de

‘Estado-sociedade’. Os SELs talvez possam ser um espaço de retomada, exercício e preservação do ‘ser-em-sociedade’ que o ideário democrático prescreve. Se não, a que ‘outra riqueza’ poderiam seus integrantes referir-se?

O que, entretanto, é de muito longe uma construção fácil. Sabe-se que a vigência da ‘solidariedade institucional’, embora tenha trazido um relativo sentimento de segurança para o cotidiano das pessoas, fê-lo de uma maneira ‘fria’ e ‘distante’, ‘institucional’, como diz o próprio nome, mostrando-se incapaz de superar muitas das dificuldades típicas do processo de inserção social. Inúmeros estudos sobre exclusão social, notadamente os que, na França, se dedicaram à avaliação do modelo RMI (Renda Mínima de Inserção) têm demonstrado que seus beneficiários, denominados ‘remistas’, nunca deixaram de sentir-se pessoalmente inferiores, inclusive, em relação aos funcionários da administração com quem tratam da burocracia RMI. O fato é que, a ‘solidariedade institucional’, ao promover pela via administrativa o ‘contato’ (no sentido antropológico do termo, se podemos falar assim) entre duas categorias sociais distintas – o funcionário e o remista – o faz na condição em que, reciprocamente, o ‘outro’ só pode constituir-se enquanto membro de uma relação de desigualdade, ou melhor, não apenas de diferença, mas de superioridade e inferioridade. Por outro lado, se a condição de exploração do trabalho, que encorajou os assalariados da era industrial a construir uma solidariedade enquanto categoria ou classe de pessoas afetadas por problemas similares (salário, condições e duração do trabalho, seguridade social, divisão dos benefícios etc.), a condição de exclusão, por si mesma, não oferece nenhuma base material para a construção das identidades sociais. Ao contrário, dispersa e fragmenta. De que modo, então, poderá ser realizada a mediação entre esta ‘solidariedade institucional’, histórica, e uma outra, primeira, que talvez possamos denominar ‘comunal’? Ou deveremos esperar o ‘tempo histórico’ em que os expulsos do ‘mercado de trabalho’, coletivamente, venham a se identificar como categoria estrutural do mecanismo de acumulação do capital da chamada era pós-industrial? Perspectiva, aliás, já vislumbrada na França desde dezembro de 1997, com a criação da primeira ‘maison des chomeurs’.

Os SELs surgem como emergência da tensão entre estas duas dimensões da solidariedade, a ‘institucional’ e a ‘comunal’. Esta última como imagem ancestral do dom, talvez de memória muito longínqua, subsumida nas regras impessoais do contrato social. E é por isso que não surpreende, de um lado, que o número de adesões aos SELs tenha sido imediatamente tão grande – (30.000 pessoas no intervalo



de apenas três anos em toda a França; desde o primeiro SEL, em 1994, até 1998 já haviam sido criados 315, conforme BAYON Denis, *Les SELs pour un vrai débat*, Levallois-Perret, Ed. Yves Michel, 1999 – e, por outro lado, que, no dia a dia da troca, muitas destas passoaas revelam que preferem oferecer a solicitar – (e os dados expressam isto, uma vez que o número das ofertas tem sido comumente superior ao das demandas). Por quê?

(Talvez porque, ao dirigirem-se para fora de si mesmas, neste ato difícilimo que é capacitar-se a perceber mais além da ‘distância regulamentar’ do direito social, do razoavelmente instituído e contratado, podem conservar os traços da pobre grandeza humana que ofertar promove. Receber, ao contrário, é como declarar-se mal-sucedido nesta linha moldada de ferro. Dizem aquelas pessoas, membros dos SELs, que receber implica definitivamente em estabelecer um compromisso! E haveria no mundo algo mais paradoxalmente integrado e solitário que o cidadão, este ícone da construção moderna? Vai ver, incondicionalmente receber, é da pura natureza dos deuses...)

O certo é que estes aspectos requereriam um cuidadoso estudo psico-social do fenômeno SEL. Mas não podemos nos furtar a uma observação ligeira de que o espírito republicano, tenha sido ele mais, ou menos, realizado, ao constituir o contrato social sobre uma base individualista – portanto, excludente, embora em nome da igualdade – em muito contribuiu para o desaparecimento de toda solidariedade comunitária que hoje a História cobra à modernidade. E, a grosso modo, podemos dizer que o pensamento contemporâneo vem tentando responder a esta exigência, elaborando as idéias básicas em torno das quais um ‘novo contrato social’ estaria sendo esboçado. As antigas regras deveriam ser modificadas em pelo menos três aspectos da dinâmica de inclusão-exclusão do contrato, conforme analisa Boaventura dos Santos (Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA e PAOLI (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999). O primeiro é que a sociedade contratual apenas se preocupou em incluir os indivíduos e suas associações, deixando de fora a natureza. É significativo a este respeito que, tudo o que se encontra antes ou fora dela, seja designado de ‘estado de natureza’ e sirva apenas como instrumento ou recurso, e mesmo assim, somente quando não venha a representar arcaísmos ou ameaças. O segundo é a forma com que a sociedade contratual inclui a ‘natureza humana’, ou seja, apenas na condição em que esta possa ser domesticada pelas leis do Estado e pelas regras da sociedade civil. Como incluir aqueles que sempre foram considerados como pertencendo ao ‘estado de natureza’, se-

jam eles mulheres, migrantes e membros de minorias étnicas, mesmo quando habitam a ‘casa dos cidadãos’? O terceiro é que a cidadania aí constituída se volta apenas para os interesses exprimíveis na sociedade civil, só estes podendo ser objeto de contrato, ficando de fora a vida privada, os interesses pessoais de que é feita a intimidade e o espaço doméstico.

Podemos dizer que os sistemas de troca local se inscrevem como uma ação política à luz deste debate. O problema que colocam é quanto às possibilidades de sua abrangência e continuidade. Que poderão fazer os SELs da França para abrigar a troca de primitivo desejo humano, apesar do mercado mundializado a esgarçar sem tréguas o nosso ralo tecido contratual?

### Reconsiderações finais

Os SELs se propõem a ser um espaço aberto e pragmático de troca de bens, trabalhos e saberes. No seu interior, poderemos nos deparar tanto com um imaginário que deseja reencontrar o programa de um ‘doce socialismo’, posto em prática através do mutualismo, da auto-gestão e da organização cooperativa de produtores e consumidore, quanto a disposição para reconstruir um ‘capitalismo regulado’, desta feita, por outras modalidades de ação política que possam substituir a regulação exercida pelo Estado.

Qualquer que seja a perspectiva ideológica defendida por seus membros, tendo os SELs encontrado um *modus-operandi* para a troca em que não há ‘preços’ e nem ‘salários’, ocorre que, tampouco, pode haver ‘remuneração’. Portanto, a relação social que se estabelece entre ‘ofertante’ e ‘demandante’ jamais poderá ser uma relação de subordinação. Ou seja, a troca é, em si e por si, neste sistema, a ação social que recoloca os participantes em posições simétricas entre si, fazendo com que desenvolvam os valores políticos que o ‘espírito SEL’ preconiza. Deste modo, enquanto ‘sistema’, os SELs podem ter a mais absoluta garantia de um bom desempenho, descontadas algumas dificuldades de convivência interna entre os participantes, como vimos anteriormente. O problema diz respeito à relação com o sistema social abrangente.

Nossa hipótese é de que os SELs se oferecem como uma manifestação empírica da relação entre o local e o global, fazendo emergirem os aspectos contraditórios desta relação e, simultaneamente, colocando ao nível da ação imediata dos sujeitos, a possibilidade política de superação da mesma. Isto quer dizer que os SELs não são a parte pequena do mercado grande, mas o espaço mesmo de negação

dos atributos do mercado, quais sejam, o anonimato da divisão do trabalho e a indefinição do limite da troca, mesmo considerando que o mercado, por sua vez, seja a limitação dos SELs. Estamos talvez como nunca no espaço onde “os homens *fazem* a história, mas apenas no interior de *condições determinadas*”. Que condições serão estas?

Sabemos que, contemporaneamente, a realização do valor já não mais pode se dar mediante o enfrentamento privado entre os produtores, em face mesmo da consolidação histórica de uma massa de riqueza (ciência, tecnologia, transportes, serviços sociais etc.), sem a qual a reprodução do capital torna-se impossível. Este ‘fundo público’, como é denominado por Francisco de Oliveira (*O surgimento do anti-valor*, Estudos CEBRAP, São Paulo, 1989), é o que obriga as classes produtoras à negociação (mesmo que esta ainda seja à base do grito e da bala), elevando-as assim a um patamar público, porquanto pactuado. Este movimento (que, na última metade do século XX, deu origem aos ‘estados-de-bem-estar’) retira os agentes econômicos da ‘pura’ economia e os conduz à esfera da ‘política’, uma vez que relaciona todos como ‘proprietários’ de uma riqueza comum, deste modo, fazendo com que a luta de classes seja a luta pelo ‘fundo público’. Sendo verdade, como queriam os filósofos contratualistas do século XVIII, que a idéia moderna de abandonar o ‘estado de natureza’ para construir a sociedade civil e o Estado é uma opção radical e irreversível, estamos agora em plena aceleração deste movimento. As diferenças, ou mais propriamente, as desigualdades entre as regiões do mundo, poderão ser analisadas sob uma ‘escala’ de mais ou de menos bem estar social, revelando a dimensão do poder de que é investido cada Estado, e cada classe, até talvez o grau mais inferior de ‘estado-de-mal-estar’, onde as possibilidades de negociação, quer em nível local e interno, quer em nível global, são as mínimas possíveis, ou ainda nem existem.

O desdobramento de nossa hipótese é que os SELs da França se posicionam na dinâmica deste processo, inaugurando uma modalidade de regulação dos conflitos com capacidade para substituir o espaço público regulado pelo Estado. Neste sentido, os SELs podem constituir um aspecto do que Pierre Rosanvallon caracterizou como ‘sociedade-do-bem-estar’. E, se o século XIX fez surgir a forma acabada de uma ‘esfera pública burguesa’, que seguidamente tão bem se consolidou como face sociocultural da mercadoria, na aurora do século XXI, os SELs franceses começam a dar sinais da emergência de uma ‘esfera pública plebéia’, como face sociocultural do ‘fundo público’.

## Resumo

O texto apresenta uma caracterização dos sistemas de troca local franceses (troca local e sem dinheiro) – SELs. No decorrer da descrição e análise da forma e funcionamento do sistema, e apropriando-se das noções de “fundo público” (Francisco de Oliveira) e “esfera pública plebéia” (Habermas), é discutida a hipótese de que tal sistema de troca enuncia uma modalidade de regulação dos conflitos, podendo constituir um aspecto do que foi denominado de “sociedade do bem estar” (Pierre Rosauvallon). A hipótese mais geral é a de que, tendo o século XIX feito surgir a forma acabada de uma “esfera pública burguesa”, que seguidamente tão bem se consolidou como face sociocultural da mercadoria, na aurora do século XXI, os SELs (Système d’Exchange Local) começam a dar sinais da emergência de uma “esfera pública plebéia”, como face sociocultural do “fundo público”.